

OS ESTUDOS LITERÁRIOS AFRICANOS EM PORTUGAL: CONFIGURAÇÕES DE UMA DISCIPLINA

Pires Laranjeira

CLP – Universidade de Coimbra

1. LOCALIZAÇÃO: PRIMÓRDIOS; PIONEIROS

Esta intervenção é dedicada aos **estudos literários africanos** de língua portuguesa em Portugal, tomando em linha de conta também que alguns intervenientes que têm marcado as três últimas décadas são africanos ou de origem africana, como Inocência Mata, José Carlos Venâncio, Mário António Fernandes de Oliveira ou Francisco Soares.

Recorde-se que, antes de 1974, alguma literatura africana, escassa e esparsa, era lecionada no ensino superior, nomeadamente na Escola Superior Colonial/ISCSPU, cuja referência foi Adriano Moreira, mas que se desvanecia no quadro esmagador da, em primeiro lugar, “literatura colonial”, e, depois, na chamada “literatura ultramarina”, ambas caracterizadas pelo exotismo, o pitoresco, o preconceito e a servidão ao Estado colonial-fascista, servindo, hoje, quase exclusivamente para estudar a mentalidade imperial, expansionista e colonialista. Os estudos literários, sendo intelectuais, não podiam, naquele tempo, nem hoje podem, deixar de ser institucionais e ideológicos – situados. Os estudos literários, como atualmente os conhecemos, aplicados ao objeto chamado “literaturas africanas” ou relativo a cada país, tendo surgido no contexto da Revolução de 25 de abril

de 1974 e no processo das independências africanas, instituíram-se, então, pela condição material que o Estado português forneceu para o funcionamento reflexivo de renovação epistêmica, uma vez verificada a falência do modelo teórico salazarista protagonizado por Amândio César.

Manuel Ferreira – que criou a primeira disciplina universitária de Literaturas Africanas, em 1975, na FLUL – defendia a existência de uma “Escola Portuguesa” dos estudos literários africanos, que nunca existiu enquanto conjunto de indivíduos irmanados por uma estratégia comum, num ideal ou finalidade a perseguir. Mas existiu uma experiência colonial e anti-colonial portuguesa em África. Essa experiência no terreno ajudaria ao posicionamento anti-colonial e pós-colonial *avant-la-lettre*. Podia-se assim entender que, expostos os mecanismos do imperialismo e do colonialismo, da dominação no terreno, estava-se mais preparado para não simplificar, generalizar ou desfocar.

Manuel Ferreira começou o seu percurso como militante e autodidata, desde os anos 40, em Cabo Verde, onde co-fundou a revista *Certeza*, e foi um partícipe da própria literatura cabo-verdiana, reconhecido como um dos seus, numa receção acolhedora. Alfredo Margarido foi igualmente um militante e um autodidata, nos anos 50 e 60. Ambos se casaram com escritoras africanas, nos seus anos de formação e militância. Essa capacidade de *outrar-se*, de assumir um outro discurso, tornando-se, de certo modo, um *semi-sujeito* do Sul, é a imagem de marca de algumas personalidades excepcionais, como Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, João de Freitas (o poeta João-Maria Vilanova), António Quadros (o poeta Mutimati Barnabé), Ascêncio de Freitas, Sebastião Alba ou Fernando Marques (o escritor Sum Marky), sobretudo numa época em que esse mergulho na africanidade, dessa forma, podia ser difícil, subversivo e de imprevisíveis consequências. Manuel Ferreira estaria a pensar nisso quando falou

na “Escola Portuguesa”, não cabendo aí qualquer aproximação ao lusotropicalismo. Pelo contrário, alguma espécie de tragicidade terá atingido alguns desses protagonistas, que obrigam a repensar algo da teoria da literatura, mas também de outras disciplinas. Penso que a capacidade de poder *outrar-se em poesia* angolana e não poder *outrar-se em pessoa* angolana tenha contribuído para o suicídio, aos 70 anos de idade, desse poeta angolano (português de condição) chamado João-Maria Vilanova.

Fico sempre muito espantado quando Ferreira e Margarido não são referidos nos estudos literários africanos como pilares fundacionais, e ainda hoje operatórios, por um qualquer balanço, orientação ou escola, seja qual for a cartografia.

2. CONSTITUIÇÃO DO OBJETO NO CONTEXTO PORTUGUÊS
A constituição do objeto (literaturas africanas) foi indissociável do enquadramento legislativo e institucional no ensino superior, com a criação, na licenciatura de Estudos Portugueses, nas Faculdades de Letras, das chamadas cadeiras (disciplinas), por Decreto-lei de 1978, com a designação de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, que, com os debates teóricos, passaram a Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e, mais tarde, a Literaturas Africanas ou literaturas de cada país. Essa constituição do objeto implicou, portanto, uma **sistematicidade** no ensino superior, ou seja, o aparecimento de **profissionais** da matéria – docentes, investigadores, críticos.

Temos de reconhecer que, na fase pós-25 de abril de 1974, a generalização, isto é, a visão global, tantas vezes militantemente internacionalista, foi necessária e inevitável, inclusive na universidade, por impossibilidade de passar às minúcias contextuais e textuais. Foi uma época de turbilhão histórico, nunca é demais recordar, de iniciação, e, portanto, certos temas avassaladores e abrangentes tomaram conta da cena universitária, tal como do movimento editorial e dos meios

de comunicação. Verificou-se um surto de interesse do cidadão português por essas literaturas, a que o ensino superior correspondeu, de seguida, no final dos anos 70, não só com a criação de disciplinas nas licenciaturas de “lusofonia”, mas também com os mestrados, continuando os doutoramentos, até ao recente processo de Bolonha, a constarem exclusivamente da apresentação de uma tese, sem a frequência de qualquer curso específico.

Não há crítica da literatura angolana, moçambicana, cabo-verdiana, são-tomense e guineense ou teoria das literaturas africanas, na sua generalidade, que seja posta à prova exclusivamente na Europa ou nas Américas. É condição de uma crítica das literaturas africanas, ou, melhor, de uma **teorização** específica de cada literatura, a existência de produção reflexiva **endógena ou afrocêntrica** e, por isso, só as instâncias nacionais e continentais de legitimação a podem proporcionar, ainda que a teoria da literatura tenda para a deslocalização e para a totalização. Para uma **teoria das literaturas africanas de língua portuguesa** é, pois, necessário considerar os seguintes requisitos: afrocentrismo; endogenismo; autoreflexividade; autocentramento; patriotismo; matricialidade bantu; rizoma lusófono; prática filológica; diálogo intercultural.

Assim, temos de observar com algumas cautelas a proposta de uma “littérature-tout-monde”, incentivada pelo recém-falecido Gilbert Gratiant, cujo último livro publicado, em 2010, é *La terre le feu l'eau et les vents, une anthologie de la poésie du tout-monde*, onde comparecem cerca de 230 autores representando poesia e alguma prosa, e incluindo textos de língua portuguesa apenas de quatro autorias: Camões, Pessoa, Drummond e Chico Science & Nação Zumbi. Afinal de contas, apresentando uma alternativa interessante ao cânone ocidental de Harold Bloom, o autor deixou, portanto, um verdadeiro espaço sideral para outros subalternos falarem por si próprios. Lição a retirar: a “littérature-monde” pode ser uma contraproposta

francófona à tendência anglo-norte-americana e da *Commonwealth* de dominar a produção, circulação e receção da cultura nos circuitos mundiais, mas não pode deixar de ser parcial, por não ser uma verdadeira “literatura de todo o mundo”, mas somente de uma área ou visão de mundo. Trata-se de um conceito com variadas nuances, que é associado, não só, mas centralmente, aos viajantes, desenraizados, exilados, “trânsfugas, imigrados, nómadas”, segundo Michel Le Bris, co-autor do livro-manifesto, contendo 27 testemunhos de escritores, com o expressivo título de *Pour une littérature-monde*. Tem pontos de contacto com a velha noção de *Weltliteratur*, cujos antecedentes teóricos vão de Goethe a Eliot, com novas repercussões na Europa atual e também em Portugal. Tal conceção tende a encontrar-se com a teoria da literatura como pensamento geral sobre o objeto *literário*, numa conceção aproximada, simplificada, da “literatura geral”, “grande literatura” ou “literatura universal”, se bem que esse livro incluía muitos textos do Sul, alguns provocando surpresa porque *a priori* não cabem na categoria da poesia.

A teoria da literatura, em Portugal, descola do ensino de Teófilo Braga, no Curso Superior de Letras do século XIX, passa pelas postulações de Fidelino de Figueiredo, pela lei de 1957, que criou a disciplina universitária, e desemboca na formulação atual, que tem mais de 40 anos, da responsabilidade de Aguiar e Silva, com desdobramentos, por exemplo, em Carlos Reis, Silvina Rodrigues Lopes ou Miguel Tamen. É inconcebível que, no contexto africano, qualquer cânone, teorização ou crítica não tenha o **princípio da endogeneidade** na devida conta, sob pena de confundir a receção de alguns textos, quaisquer que sejam, noutras latitudes, com a representatividade, o valor, o alcance ou a existência, de facto e *de jure*, com uma ideia de *totalidade*. O funcionamento do objeto chamado “literatura angolana” pode ser truncado, lacunar ou distorcido no seu próprio país, mas é-o, com certeza e muito mais, noutros países. Existe, ainda,

portanto, quanto ao conjunto da circulação em Portugal das literaturas desses países, alguma distorção de mercado (conquanto publicar o que se tem publicado seja benéfico), visível também na receção e no funcionamento nos circuitos da cultura que é assimilada, inclusive nos do ensino superior. São distorções normais em qualquer mercado das letras, mas, para o caso africano, elas têm implicações que aqui não cabe tratar. A não existência de obras africanas de leitura obrigatória e integral no ensino médio, e mesmo de textos esparsos significativos, é a prova da distância entre o discurso oficial da lusofonia e a prática dos Ministérios da Educação.

O paradigma da teoria pós-colonial, usado pelos africanos, americanos (isto é, do continente americano) europeus, e somente para referir aqueles que mais se dedicam às literaturas africanas de língua portuguesa, contribui para a crítica ao peso do passado e dos constrangimentos atuais na modelação de uma **teoria parcial das literaturas africanas**, mas é notório que a pretensão totalizadora (tal como a da teoria crítica, dos estudos culturais ou, por exemplo, dos estudos subalternos) releva de explicações sócio-históricas, políticas e ideológicas oportunas e operatórias, mas falha, muitas vezes, quando se perde de vista o teor estético, linguístico, imaginário – quer dizer: semiótico e, insisto, filológico – e, além do mais, local e regional, de uma parte importante dos textos literários e seus discursos, quando não se pode aceder a todos os dados do problema. E “todos os dados do problema” significa conhecer bem o que se vai produzindo nos cinco países e não apenas alguns dos destacados, não necessariamente principais ou representativos, e ter condições de avaliação do modo de funcionamento das textualidades. Não deveria existir a incompatibilidade entre a análise linguístico-discursiva e a interpretação textual extensiva, mas, por vezes, quando a visão é extra-africana e extra-nacional, para já não dizer extra-regional, o que pode resultar é um discurso crítico aplicado de modo mecanicista,

em jeito de *bricolage*, desfasado da compreensão simultaneamente alargada, integrada e micrológica do objeto. Apenas quatro exemplos do que pode acontecer: classificar a poesia de Paula Tavares como de “diáspora”; o poeta Craveirinha como pertencendo a um “entre-lugar”; a obra de Mia Couto como “mestiça”; José Eduardo Agualusa como escritor angolano, português e brasileiro. Não vale a pena indicar os autores dessas apreciações ou classificações. Tal é possível com a aplicação irrefletida de conceitos na moda, retirados a várias teorias e campos que abrangem disciplinas sociais e humanas muito diversas, e que são aplicados sem a reflexão pausada que o discurso teoricamente crítico implicaria, mas, pelo contrário, com a precipitação pós-moderna do *bricolage* incentivada pela nova organização do trabalho intelectual e científico sustentada em critérios quantitativos, de produção imitando as indústrias culturais, de aceleração meteórica (e pouco metateórica) e de inimputabilidade individual e grupal, sobretudo se nos furtarmos à autocrítica e à crítica generalizada, genérica e específica.

3. BALANÇO: ALGUNS PARADIGMAS TEÓRICOS

A educação pelas Humanidades, pelo alargamento e aprofundamento da leitura (e sobretudo da leitura literária, que é o campo aqui em questionamento, incluindo o sentido filológico), como aprendizagem cívica, democrática, cultural, ética e estética, só é possível, na língua portuguesa, através da sua diversidade e das suas variadas obras, onde as literaturas africanas podem desempenhar o papel insubstituível de revelar a personalidade política, jurídica, social e cultural, isto é, civilizacional, de povos que os portugueses subjugaram e subalternizaram.

Todas as disciplinas são teorias e práticas de aproximação a um objeto. Na objetividade material e real dos espaços e das temporalidades, assistimos ao triunfo dos *mundos paralelos*, da *esquizo-sepa-*

ração das cartografias e das materialidades textuais e agenciamentos de ações insubsumíveis por um modelo ou conclusão finita. O pecado original de alguma teoria em relação às literaturas africanas já foi apontado inclusive por Luís Kandjimbo, em novembro de 2012, em Ouro Preto, no IV Congresso dos Professores de Literaturas Africanas, em que deu a entender que nos deparamos com uma comprovada disjunção ao nível empírico, que facilmente esquecemos: existe um **nós** (os africanos) e um **vós/eles** (os outros), nesta gramática relacional da verbalização. A teoria expendida a partir de posições (filosóficas, vivenciais, espaciais) que não sejam as dos próprios sujeitos africanos, é, decerto, de grande utilidade e operatividade, mas não se pode esperar mais do que um diálogo inter-pares (fecundo ou de surdos) através dos textos publicados e, por vezes, alguma natural rejeição, como quando se opera com imagens de Prospero e Caliban para ajudar a descrever os mecanismos de dominação e as identidades das entidades em presença.

Em Portugal, os **paradigmas teóricos** de abordagem desse objeto que temos vindo a designar, ao longo destes 40 anos, de várias maneiras, o que demonstra a oscilação concetual, ao sabor da vertigem dos vários campos teóricos, incluindo a teoria da literatura, e das próprias condicionantes institucionais, podem descrever-se como abrangendo, pelo menos, **dez modalidades**, cujos principais representantes são aqui referidos devido aos textos analíticos e críticos, atividade profissional e suas repercussões: **historicismo** (praticado por **Manuel Ferreira**), cujo escopo principal foi o de pesquisar materiais desconhecidos, organizá-los e fornecê-los, numa perspectiva mesclada de positivismo, materialismo histórico e enciclopedismo; **sócio-marxismo/estruturalismo genético** (por **Alfredo Margarido**), situando os textos e seus autores no processo de produção material da economia e de organização da sociedade de classes; **estruturalismo** (por **Ana Mafalda Leite**, **Ana Maria Martinho**

e **Fernanda Cavacas**), buscando modos de articulação dos tipos e gêneros de discurso com as formas de linguagem e modos de institucionalização e canonização; **semiologia de matriz saussuriana** (por **Salvato Trigo** e **Alberto Carvalho**), privilegiando a organização sémio-discursiva para o funcionamento estético; **etno-culturalismo** (por **José Carlos Venâncio**), abordando a literatura como explicação antropológica de uma sociedade; **crioulismo** (por **Francisco Soares** e **Mário António Fernandes de Oliveira**), expandindo a ideia de uma “Luanda crioula”, para identificar a cultura angolana predominantemente como crioula; **sociocrítica** (por **Pires Laranjeira**), numa perspectiva dos sintomas textuais em contexto social (Kristeva, Lacan, Deleuze/Guattari, Duchet, Muralis, Fanon, Depesstre, Ahmad) para uma análise psico-sociológica, cultural e histórica das relações grupais; **afrocentrismo** (por **Inocência Mata**), a partir das teorizações endógenas e do Sul, com contributos interculturais e transdisciplinares, para reafirmar o primado de uma razão africana; **comparatismo** (por **Lola Geraldês Xavier**), buscando aproximações temáticas ou estilísticas entre as literaturas dos países integrantes da CPLP; **pós-colonialismo** (por **Maria-Benedita Basto** e **Maria Fernanda Afonso**), conjugando sobretudo Hommi Bhabha e Jacques Rancière, para explicar a literatura moçambicana como instituição e hibridização coadjuvante das identidades.

Refram-se também os nomes e a obra de outros autores e professores, alguns não necessariamente docentes do ensino superior ou sequer no ativo, que têm livros ou artigos constituindo contributos assinaláveis: Eugénio Lisboa, Cândido Beirante, Elsa Rodrigues dos Santos, Maria Manuela Araújo, Leonel Cosme, Maria Rosa da Rocha Valente Sil Monteiro, Maria Cristina Pacheco, Elisabeth Ceita Vera Cruz, Alberto Oliveira Pinto, Ana Margarida Fonseca, Margarida Calafate Ribeiro, Petar Petrov, Celina Martins, António Martins, Maria Luísa Baptista, Armindo da Costa Gameiro, Ana Lúcia de Sá,

Carla Ferreira, Margarida Fernandes, Sara Augusto, Maria Aparecida Ribeiro, Cristina Vieira, Maria do Céu Bouça Gomes, Rui Guilherme Silva.

4. CONCLUSÃO

No momento atual, as literaturas africanas, os seus textos e a sua instituição, seja universitária, editorial ou mediática, seja na educação geral e na leitura pública, estão a tornar-se objeto dos estudos culturais, de género, das mentalidades, etc., e nem sempre o discurso crítico toma em consideração que o discurso literário é multiforme e relacional, linguístico-pragmático e transtextual.

Ao contrário do que, por vezes, se afirma, creio que os **estudos literários africanos** estão em recessão em Portugal, ainda que, com a reforma de Bolonha, possam aumentar as teses e os cursos e a obrigatoriedade de produção crítica conduza a uma espécie de tentativa de *industrialização*. O país não é só Lisboa e Porto e a tendência será de afunilamento de oportunidades, de cortes no orçamento para a investigação, de redução de estabelecimentos de ensino superior, de extinção de cadeiras de literaturas africanas (como aconteceu na Universidade Católica, no polo de Viseu), inclusive com a aposentação ou retirada de atividade de muitos que não foram substituídos, sem haver renovação de pessoal docente e, portanto, geracional nas principais universidades do país. Contra a autoflagelação de que fala Boaventura de Sousa Santos num seu pequeno livro sobre a crise financeira, económica, política e social, é de acreditar em melhores dias. Todavia, falando apenas em papel e não na internet, o país não tem uma revista de estudos literários africanos, nem uma editora e uma livraria especializadas na área africana em geral. Trata-se de um sintoma de carência sentido há décadas, e de que convirá extrair as devidas lições.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, João Maria (2004). “Globalização, mestiçagens e diálogos interculturais”, in *Revista da História das Ideias*, vol. 25, Coimbra, FLUC, pp. 9-50.
- BRIS, Michel Le & Jean Rouaud (orgs.) (2007). *Pour une littérature-monde*, Paris: Gallimard.
- GRATIAN, Gilbert (2010), *La terre le feu l'eau et les vents, une anthologie de la poésie du tout-monde*, Paris, Galaade.
- LARANJEIRA, Pires (entrevistador) (1973). “David Mestre: a poesia é um acto de insubordinação”, in *Prisma*, n° 75 (Agosto), Luanda, NOS, pp. 43-45.
- LARANJEIRA, Pires (2011). “Estudos Portugueses e Lusófonos: o valor matricial no país e estratégico no mundo (reflexões sobre a crise)”, in *Revista de Estudos Literários*, n.º 1, Coimbra, CLP/FLUC, pp. 331-349.
- LARANJEIRA, Pires (1999). “Le monde lusophone. La littérature coloniale portugaise”, in Jean Sévry (ed.), *Regards sur les littératures coloniales. Afrique anglophone et lusophone*, vol. 3, Paris, L'Harmattan, pp. 231-258.
- LEITE, Ana Mafalda (2010). “Breve história, tópicos e questões sobre o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa”, in *Cerrados*, vol. 19, n.º 30, Brasília, pp. 77-89.
- MATA, Inocência (2008). “Literaturas africanas em Portugal: na senda de um imaginário migrante?”, in Pires Laranjeira & Lola Geraledes Xavier (orgs.), *Santa Barbara Portuguese Studies* (As literaturas africanas de língua portuguesa), vol. X, Univ. de Santa Barbara (EUA), pp. 27-38.
- MATESO, Locha (1986). *La littérature africaine et sa critique*, Paris, ACCT-Karthala.
- NAMORA, Ricardo (2011). *40 anos de teoria da literatura em Portugal*, Coimbra, Almedina.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2008). “Um desafio a partir do Sul: uma história de literatura outra”, in M. C. Ribeiro & Laura Cavalcante Padilha (orgs.), *Lendo Angola*, Porto, Afrontamento, pp. 177-191.

SANTOS, Boaventura Sousa (2002). “Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho & António Sousa Ribeiro, *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 23-85.

SANTOS, Boaventura Sousa (2011). *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra, Almedina.

SILVA, Vítor Aguiar e (2010). *As humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*, Coimbra, Almedina.